



PROCESSO N.º 5621
DATA 06/03/23

Processo: 5621/2023

Recorrente: J & W Transporte s, Locação e Serviços Ltda. ME Folhas 22 Rubrica B

Recorrida: Ad-Hoc Serviços e Empreendimentos Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 182 de 2022 - Processo Licitatório n. 20170/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente em face da habilitação da recorrida nos autos do Pregão Eletrônico n. 182 de 2022 - Processo Licitatório n. 20170/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de passageiros (pacientes e acompanhantes).

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 04/06) que o pregoeiro, de forma desacertada, permitiu a dilação do prazo para apresentação da proposta readequada pela recorrida por e-mail, na contramão do exposto no subitem 15.2 do edital, requerendo a reforma da decisão de habilitação da empresa recorrida, com fundamento no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Em contrarrazões (fls. 07/08), a recorrida afirma que se sagrou vencedora da etapa de lances, sendo solicitada a proposta reajustada, todavia, ao tentar fazer o envio, o Sr. Marcos André de Araújo Berkowitz, responsável pela licitação, detectou problemas na internet e não conseguiu enviar a proposta, vindo a sentir-se mal e conduzido ao hospital, sem condições de retornar ao trabalho, conforme atestado médico encaminhado por e-mail, o que gerou o atraso e descumprimento dos prazos estipulados pelo pregoeiro, pois apenas o Sr. Marcos conseguiu enviar os documentos exigidos via e-mail, em razão do campo do sistema estar fechado, requerendo, por fim, a manutenção da decisão do pregoeiro.

A Comissão de Pregão II, em decisão de fls. 09/21, afirmou que, tendo em vista a proximidade do término do prazo concedido para envio da proposta, o pregoeiro entrou em contato por telefone com a empresa, que informou que o funcionário responsável pela licitação, Sr. Marcos André de Araújo Berkowitz havia sofrido uma emergência médica precisando ser levado ao hospital, concedendo à empresa a prorrogação do prazo para que a proposta fosse enviada via sistema.

Afirmou, ainda, que com a proximidade do término do prazo após a prorrogação concedido, entrou em contato novamente com a empresa por telefone, tendo sido informado que o Sr. Marcos necessitou ficar internado na unidade hospitalar, não sendo possível o seu retorno para a finalização do certame e envio da proposta, cujo fato foi comprovado pela recorrida, em sede de contrarrazões, com o envio do atestado médico emitido pela Unidade de Pronto Atendimento UPA CABUIS em nome do Sr. Marcos, datado de 16/02/2023 e assinado pela médica Dra. Thalita de Paula, CRM 52-0119986-2, anexo aos autos, tendo indagado sobre a possibilidade de outro funcionário enviar a proposta, ainda que por e-mail, para a finalização da



DATA 06/03/23

FOLHA 23 RÚBRICA

sessão, ocasião que foi informado que apenas o Sr. Marcos tinha a autonomia de operar, participar e decidir com relação aos processos de licitação da empresa.

Aduz que, com intuito de finalizar a licitação antes do recesso das festividades de carnaval pelo país, optou por encerrar a sessão, autorizando, excepcionalmente, o envio posterior da proposta via e-mail, sem alteração do resultado do julgamento já proferido.

Alega que, à luz dos procedimentos de pregão na modalidade presencial realizados na municipalidade, é praxe que as empresas encaminhem as propostas com os valores readequados posteriormente ao encerramento da sessão, sem prejuízo do resultado da licitação, visto que os lances e valores negociados estão devidamente registrados em ata, bem como que no sistema Compras.gov.br é possível gerar a ata de sessão de pregão e outros relatórios, onde ficam registrados todos os valores finais propostos e negociados, que inclusive dispensado o envio da proposta readequada em alguns entes da Administração Pública.

Afirma que a proposta não deixou de ser enviada, apenas não foi enviada no tempo estipulado no edital, não havendo majoração de valores nem alterações que colocassem em dúvida sua validade, bem como que a desclassificação da proposta poderia gerar um prejuízo aos cofres públicos do município de até R\$ 2.682.171,20.

Por fim, afirma que a Administração deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório, conforme orientação do TCU, e ainda os princípios da razoabilidade ou proporcionalidade, na forma da doutrina, a fim de que se obtenha o equilíbrio entre o excesso de formalidade e devida observância do fim ao qual se destina a licitação, invocando a aplicação do art. 47 do Decreto n. 10.024/2019, encaminhando os autos a esta Procuradoria-Geral para análise dos aspectos jurídicos, na forma do item 27.5 do edital.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

*“§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, **por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade**”.*

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão,

lu.



DIA 06/03/23

Folha 24 Rubrica R

fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;

Como se pode ver, **cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 21.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

la.



Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



Portanto, incumbe ao Pregoeiro decidir sobre a habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e art. 43 da Lei n. 8.666/1993.

Neste ponto, convém transcrever o teor do art. 43, § 3º da Lei n. 8.666/1993:

“Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta”. (sem grifos no original)

No mesmo sentido, dispõe o art. 47 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Da mesma forma, o edital previu acerca da possibilidade de o pregoeiro promover diligências e sanar erros ou falhas:

13.14.5 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.5 - É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

Portanto, conclui-se que o pregoeiro é responsável pela condução da sessão de julgamento, tendo a legislação lhe atribuído poderes autônomos para julgar e decidir sobre as propostas e habilitação das licitantes, inclusive com a possibilidade de promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução processual e sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



Ademais, o art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, que reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000, assim dispôs:

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

O TCU já assentou, inclusive, que é indevida a desclassificação de licitantes em razão da ausência de informações na proposta que possam ser supridas pela diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei de Licitações², bem como já determinou a certo ente que se abstinhasse de inabilitar empresas e/ou desclassificar propostas quando a dúvida, o erro ou a omissão pudessem ser saneados, nos casos em que não importasse prejuízo ao interesse público e/ou aos demais participantes³.

Vejamos o teor do Acórdão n. 1.211/2021-TCU-Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, de 26.05.2021:

“REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO REGIDO PELO DECRETO 10.024/2019. IRREGULARIDADE NA CONCESSÃO DE NOVA OPORTUNIDADE DE ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO AOS LICITANTES, NA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, SEM QUE O ATO TENHA SIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. PROCEDÊNCIA. REVOGAÇÃO DO CERTAME. MEDIDA CAUTELAR PLEITEADA PREJUDICADA. CIÊNCIA AO JURISDICIONADO ACERCA DA IRREGULARIDADE. OITIVA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS NO SISTEMA COMPRASNET. Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando

² TCU. Acórdão 1170/2013-Plenário, Relatora Ministra Ana Arraes, 15.5.2013 - info 151.

³ TCU - Acórdão nº 2.231/2006 - 2ª Câmara.

da.



apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro".

Vale a pena transcrever, ainda, parte do voto do Ministro Walton Alencar, relator do feito:

"[...] Resta, ainda, identificar a abrangência do procedimento de saneamento de "erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica" previsto no art. 47 do Decreto 10.024/2019.

O art. 26, §9º, do mesmo normativo estabelece que "os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38".

Já o art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, aplicado subsidiariamente ao Pregão, dispõe que "é facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta".

O art. 2º, §2º, do Decreto 10.024/2019, por sua vez, reproduziu o mesmo texto do art. 4º, parágrafo único, do Decreto 3.555/2000: "as normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação".

Como visto, a interpretação literal do termo "[documentos] já apresentados" do art. 26, §9º, do Decreto 10.024/2019 e da vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 pode levar à prática de atos dissociados do interesse público, em que o procedimento licitatório (meio) prevalece e ganha maior importância que o resultado almejado, qual seja, a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (fim).

Imperioso observar que, visto por este prisma, a interpretação literal desses comandos legais vai contra o entendimento da jurisprudência deste Tribunal, no sentido de que o edital não constitui um fim em si mesmo. Cito caso semelhante à situação ora tratada em que, por meio do Acórdão 1758/2003-TCU-Plenário, de minha relatoria, o TCU considerou regular a inclusão de documentos no processo licitatório, no

7



ato da sessão, conforme autorizado pela pregoeira, no exercício de suas regulares atribuições, tratadas no art. 11, incisos XIII e XIV, do Decreto 3.555/2000.

O edital de licitação constitui instrumento para a consecução das finalidades do certame licitatório, quais sejam, assegurar a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados, nos termos do art. 3º, caput, da Lei 8.666/93. Dessa maneira, a interpretação e a aplicação das regras estabelecidas devem ter por norte o atingimento dessas finalidades, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para esse desiderato.

As regras de licitações e a jurisprudência vêm evoluindo nesse sentido, sendo possível, por exemplo, ante à falta de juntada de comprovantes de regularidade fiscal pelo licitante, a consulta, pelo próprio agente público que conduz o certame, a sítios públicos em que constem tais documentos, nos termos do art. 40, parágrafo único, do Decreto 10.024/2019.

Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento "que deveria constar originariamente da proposta", prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, haverá de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim) .

Cito ainda o disposto no art. 64 da nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 1º de abril de 2021) , que revogará a Lei 8.666/1993 após decorridos 2 anos da sua publicação oficial:

"Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

la



I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação."

O dispositivo reproduz a vedação à inclusão de novos documentos, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993; porém, deixa salvaguarda a possibilidade de diligência para a complementação de informações necessárias à apuração de fatos existentes à época da abertura do certame, o que se alinha com a interpretação de que é possível e necessária a requisição de documentos para sanear os comprovantes de habilitação ou da proposta, atestando condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.

Pelo exposto, julgo procedente a presente representação tendo em vista que o pregoeiro deixou de fundamentar o ato pelo qual concedeu nova oportunidade para envio da documentação, no prazo de 30 minutos, e considero prejudicada a medida cautelar pleiteada, uma vez que o certame foi revogado".

Neste prumo, vale transcrever as lições de Lucas Rocha Furtado⁴, representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União:

A desclassificação de uma proposta pode ter dois fundamentos básicos: vícios formais e preço. O primeiro fundamento, indicado no art. 48, I, da Lei nº 8.666/93, suscita algumas dúvidas porque desconformidades

⁴ FURTADO, Lucas Rocha. Curso de Licitações e contratos administrativos. São Paulo: Fórum. 2007. P. 255.



insignificantes entre as propostas e o edital não devem dar causa à desclassificação. A desconformidade ensejadora da desclassificação de uma proposta deve ser substancial e lesiva à Administração ou aos outros licitantes. É preferível admitir proposta com vícios formais de apresentação, mas vantajosa no conteúdo, do que desclassificá-la por rigorismo formal e incompatível com o caráter competitivo da licitação.

De acordo com o referido autor, embora se presuma que determinados requisitos impostos pelo edital são relevantes, o rigor em sua exigência não deve ser aplicado de forma a prejudicar a própria administração.

Ademais, salvo melhor juízo, não cabe a esta assessoria se imiscuir no julgamento e condução da sessão pelo pregoeiro, salvo erro grosseiro ou patente ilegalidade jurídica.

No caso dos autos, verifica-se que a realização da sessão do pregão eletrônico teve início às 10:00h do dia 16/02/2023, transcorrendo normalmente até às 12:30h, quando foi concedida a prorrogação do prazo de 2h úteis à recorrida para envio da proposta readequada, suspendendo-se a sessão para o horário de almoço até às 14:00h, constando, posteriormente, a informação do pregoeiro de que entrou em contato com a empresa e foi informado de que o servidor responsável pelo setor de licitação havia sofrido uma emergência médica e que precisou ser levado ao hospital, autorizando, excepcionalmente, o envio da proposta por e-mail a fim de dar prosseguimento ao pregão, o que foi feito.

Verifica-se, também, que o atestado médico apresentado foi emitido pela Unidade de Pronto Atendimento - UPA CABUIS, da Prefeitura de Nilópolis, atestando que o Sr. Marcos André de Araújo Berkowitz foi atendido na referida unidade de saúde pela médica Dra. Thalita de Paula Vieira (CRM 52-0119986-2), no consultório 2, no dia 16/02/2023 às 14:27h, corroborando as alegações da empresa.

Assim, não se verifica ilegalidade na decisão do pregoeiro de autorizar, em caráter excepcional, o envio posterior da proposta por e-mail a fim de dar prosseguimento ao pregão, eis que não houve alteração da substância da proposta nem causou qualquer prejuízo ao certame, tendo sido o motivo devidamente registrado em ata e dada ciência a todos.

Como bem fundamentado pelo pregoeiro, à luz dos procedimentos de pregão na modalidade presencial realizados na municipalidade, é praxe que as empresas encaminhem as propostas com os valores readequados posteriormente ao encerramento da sessão, sem prejuízo do resultado da licitação.

Da mesma forma, uma emergência médica ocorrida na realização de um pregão presencial com o representante da empresa acarretaria a suspensão da sessão para que pudesse ser apresentada posteriormente, não se vislumbrando a existência de ilegalidade ou violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Estamos, aqui, diante de um fato excepcional, de caso fortuito ou força maior, passível de adoção de uma medida excepcional correspondente.

li.



Sopesando-se os princípios envolvidos *in casu*, conjugando-se o princípio da razoabilidade/proporcionalidade e do formalismo moderado com a vedação ao rigorismo formal exacerbado e a supremacia do interesse público aliada à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e ainda a ocorrência de situação excepcional (caso fortuito ou força maior), o que não acarretou a alteração da proposta nem causou prejuízo ao certame, salvo melhor juízo, não há motivo para a reforma da decisão do pregoeiro.

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Saúde** para ciência e decisão final, com posterior envio à Comissão de Pregão II para ciência e adoção das providências de sua competência.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 03 de março de 2023.

Layne de Andrade Alves
Coordenadora de Nível Superior Jurídico
de Processos Administrativos
Matr. 62.773

Kennedy Galvão de Oliveira Guimarães
Subprocurador de
Processos Administrativos
Matr. 62.795